

Boletim

CR/RR

Nº 01 • MARÇO/2009





Paleta

I – Balanço - Campanha Salarial e Educacional 2008

II – Campanha Salarial e Educacional 2009

III – Informes

- a) Eleição de R.E./ R.A.
- b) Observatório da Violência
- c) CUT
- d) CNTE
- e) Iamspe
- f) Conferência Nacional de Educação
- g) CNE

Anexo: Finanças – Subsedes



Agenda

APEOESP

MARÇO

04 Reunião Ordinária de RRs*

08 Dia Internacional da Mulher

20 Teleconferência sobre currículo

27 **09:00**
Reunião Ordinária do CER
14:00
Assembléia Geral e Ato Unificado do Funcionalismo

MAIO

01 Dia do Trabalho

12 Reunião Ordinária de RRs*

29 Reunião Ordinária do CER*

* Diretoria da APEOESP já solicitou abono de ponto para estas atividades

CNTE

MARÇO

12-13 Seminário Nacional do Programa de Formação da CNTE

ABRIL

02 Reunião da Executiva Ato defronte ao Supremo Tribunal Federal

03 Reunião do Conselho Nacional de Entidades

20 a 24 10ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

24 Lançamento da CONAE – Conferência Nacional de Educação

MAIO

01 Dia do Trabalho

CUT

ABRIL

12 Início das Assembleias para escolha de delegados ao CECUT

MAIO

01 Dia do Trabalho

20 a 23 CECUT – Congresso Estadual da CUT/SP

CNE

MARÇO

09 a 12 Reunião da Câmara de Educação Básica

ABRIL

30 de março a 02 de abril Reunião da Câmara de Educação Básica

I. Balanço - Campanha Salarial e Educacional/2008

“EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, POR EMPREGO E SALÁRIO”

**Luta dos professores
leva o debate da
Educação aos principais
jornais do país**

**Categoria se mobiliza
pela garantia de
emprego através de
concurso público**

O ano de 2008 foi de intensa luta dos professores pela melhoria da qualidade da educação, meta fundamental da nossa campanha salarial e educacional. Neste processo, desde o início do ano enfrentamos diversas ações da secretária da educação que reduzem ainda mais a autonomia das escolas para elaborar e gerir seus projetos político-pedagógicos, uniformizam e precarizam os currículos escolares (através da imposição dos “cadernos dos professores”), restringem ou retiram direitos do magistério, afetando o processo ensino-aprendizagem na rede estadual de ensino.

Estes ataques contra a escola pública culminaram na edição do Decreto 53.037/08 e na imposição da chamada “provinha dos ACTs”, sob pretexto de avaliar a

capacidade profissional dos professores (alguns com mais de 10 ou 20 anos de experiência na escola pública) mas, que, na verdade, tem o objetivo de manter mais de 100 mil professores na condição precária de temporários.

Mas a nossa categoria não assistiu passivamente aos ataques do governo. Durante todo o ano realizamos constantes mobilizações, de acordo com as possibilidades de cada momento, chegando à greve, em junho/julho, contra o Decreto 53.037/08, que, além de impor a “provinha”, cassou o direito à transferência dos professores para unidades mais próximas de suas residências e impediu o uso do artigo 22 para professores em estágio probatório, entre outras medidas.

**Levamos o debate
educacional para
o centro do noticiário!**

**Reforçamos nosso
compromisso em defesa
de uma escola pública de
qualidade para todos!**

Em decorrência do nosso movimento e repercutindo o

embate da nossa categoria com a secretária estadual da educação em torno da qualidade da escola pública e do reconhecimento social dos professores, em janeiro e fevereiro deste ano um intenso debate sobre a educação tomou os meios de comunicação, evidenciando, sobretudo, que o grande número de temporários leva à fragmentação do projeto político-pedagógico.

Editoriais, artigos, declarações, cartas, debates e entrevistas de especialistas e da presidenta da APEOESP terminaram por evidenciar um verdadeiro consenso na sociedade quanto à insustentável situação dos professores temporários, não apenas na rede estadual de ensino de São Paulo, mas em todo o Brasil. Também ganha força a cobrança pela realização de concursos públicos para ingresso de professores na rede pública de ensino.

O governo de José Serra tem dado seguidas demonstrações de descompromisso com a escola pública e, buscando desviar o foco da opinião pública, multiplica declarações e medidas des-

tinadas a massificar a idéia de que os professores são responsáveis pelos problemas da educação estadual, como forma de esconder sua incapacidade em melhorar a qualidade do ensino na rede estadual de ensino.

A perseguição aos professores se concretizou, entre outras medidas, na Resolução 66/08, que impõe critérios para avaliação da categoria; na bonificação por resultados e na articulação do governo Serra com outros governos estaduais que levou à suspensão da parte da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (sancionada pelo presidente Lula em 16/07/08) que determina que 33% da jornada dos professores devem ser reservados para atividades extraclasse.

A força da greve obrigou o governo a ceder

Após um processo de assembleias com a participação de milhares de professores, iniciamos a greve em 13 de junho de 2008 e conseguimos obrigar a secretária da educação a negociar alguns pontos do Decreto, apesar de suas declarações de que nada negociaria. Apesar dos recuos do governo, nossa luta continuou pela revogação do Decreto, por melhorias salariais e profissionais e, mais precisamente, contra a “provinha dos ACTs”.

A força da greve levou o governo a conceder reajuste salarial de 5%, extensivo aos aposentados; a incorporação da Gratificação por

Trabalho Educacional (GTE), com extensão aos aposentados e a promessa de realização de concursos públicos. Nosso movimento, entretanto, só foi suspenso face à interferência do Tribunal Regional do Trabalho, que considerando justas nossas reivindicações, passou a mediar reuniões entre a APEOESP e a Secretaria de Estado da Educação (S.E.E.). Diante de alguns avanços obtidos, a categoria considerou adequado suspender o movimento, em 04 de julho de 2008, mantendo a mobilização.

Descompromisso e incompetência da S.E.E.

Durante as reuniões entre o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e a S.E.E., sempre com a presença da APEOESP, o Tribunal estabeleceu que a provinha não teria caráter eliminatório (como queria a Secretaria), mas classificatório, com respeito ao tempo de serviço, que passaria a ter o mesmo peso da nota da provinha na classificação para a atribuição de aulas; também determinou a manutenção do vínculo de todos os professores temporários até o final da primeira fase do processo de atribuição de aulas. Além disso, a Secretaria comprometeu-se a enviar projeto de lei à Assembleia Legislativa, criando 75 mil vagas a serem preenchidas por concurso público. Também houve compromisso da S.E.E. em realizar um processo de negociação com o Sindicato.

APEOESP vence a secretária na Justiça

A partir daí a secretária da educação demonstrou, uma vez mais, seu descompromisso com a qualidade do ensino público, ao descumprir as determinações do TRT. Não estabeleceu negociações com a APEOESP e deu andamento à provinha sem publicar a Resolução que deveria atribuir ao tempo de serviço peso equivalente à nota da prova para efeito da classificação de cada professor no processo seletivo, somente o fazendo no próprio dia da prova, mediante notificação da APEOESP à S.E.E. e ao TRT.

No entanto, para além desta falha, ocorreram denúncias comprovadas, que demonstraram a incompetência da secretária na realização da prova: “vazamento” do conteúdo e gabaritos da prova; conteúdo diverso do que havia sido publicado no regulamento; professores efetivos foram obrigados a ministrar a prova aos demais professores; entre outras.

Diante de tudo isto, a juíza Maria Gabriela Pavlopoulos Spaoloni concedeu liminar em ação civil pública movida pela APEOESP, suspendendo o uso das notas da provinha para a atribuição de aulas. A mesma liminar foi mantida em janeiro, apesar do recurso do governo. Depois, entretanto, utilizando-se de expediente não previsto no código civil, o governo do Estado obteve a cassação desta primeira liminar.

Convencidos da justiça de

nosso pleito, e diante de novas irregularidades – desta vez na divulgação dos resultados da provinha - ingressamos com mandado de segurança coletivo e, novamente, obtivemos liminar favorável. Assim, a atribuição de aulas foi realizada como nos anos anteriores, considerando apenas a classificação por tempo de serviço e a titulação.

Exigimos a divulgação de todos os resultados.

Avaliação inclusiva sim; provinha excludente, não!

Derrotada na Justiça e confrontada com sua própria incompetência na condução de todo o processo, a secretária da educação passou a divulgar dados parciais dos resultados da provinha,

descontextualizados e colocados sob suspeição pela APEOESP e pela categoria, tendo em vista que a listagem contendo todas as notas foi retirada do site da Secretaria. Utilizando-se de alguns colonistas em jornais de grande circulação, a secretária procurou desqualificar todos os professores temporários, através da suposta existência de três mil professores que teriam tirado nota zero na prova. Na realidade, com tanta desorganização na realização da “provinha”, quem tirou nota zero em todo este processo foi a secretária da Educação.

A APEOESP, através da imprensa e de ação junto ao Tribunal de Justiça, vem exigindo que a Secretaria divulgue todas as notas, de todos os candidatos e tem se posicionado claramente perante a acusação do governo

de que os professores temem ser avaliados: não nos opomos à avaliação, mas a forma correta e justa de avaliar nossa capacidade de ensinar é o concurso público, classificatório, de provas e títulos; entretanto, a secretária se recusa a realizá-los. Continuamos ainda lutando pela revogação integral dos Decretos 53.037/08 e 53.061/08, ambos verdadeiros ataques aos direitos dos professores estaduais.

A luta pelo reconhecimento social de nossa profissão vai prosseguir. Não tememos este debate e queremos realizá-lo não apenas nos meios acadêmicos e no interior da própria rede estadual de ensino. Queremos ampliá-lo para todas as esferas sociais, pois a qualidade da educação é assunto que diz respeito a toda a sociedade.

II. Campanha Salarial e Educacional/2009

GOVERNO ESTADUAL NÃO RESPONDE À CRISE, REFORÇA ATAQUES AOS TRABALHADORES E GASTA MILHÕES COM PROPAGANDA

A grave crise internacional teve uma resposta tardia e insuficiente pelo governador José Serra. O Estado de São Paulo não investirá nenhum recurso a mais do que

já estava previsto, apenas fará a antecipação da liberação de R\$ 20,6 bilhões do Orçamento de 2009, para investimentos em infra-estrutura, que seriam executados ao longo no ano. Dados do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged) de dezembro revelam que em São Paulo estão 44% do total de desemprego no País.

Além disso, o governador José Serra propõe a cobrança do pedágio urbano no Estado e anuncia um reajuste das passagens de ônibus intermunicipais nos trechos gerenciados pela Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP). O aumento, a partir de 3 de março, é de 9,13% na categoria suburbano e de 9,07% na catego-

ria rodoviário. O aumento foi bem acima da inflação anual de 2008, medida pelo IPCA-IBGE, de 5,9%. Essa medida, além de ser inflacionária, terá o efeito de diminuir a renda disponível das famílias. Vale ressaltar que o aumento será maior nas áreas de menor renda, já que os ônibus intermunicipais servem aos subúrbios do Estado.

O governador parece mais preocupado em fazer campanha, na tentativa de viabilizar sua antiga obsessão de ser eleito presidente do país. Para isso, utiliza-se de silêncio quando defrontado com temas desagradáveis e campanhas massivas de propaganda para alardear suas “realizações”. Exemplos são as cenas de violência registradas na Favela de Paraisópolis, na zona sul da capital paulista, em 02 de fevereiro, aliado às suspeitas de que o confronto foi ordenado de dentro das prisões por líderes do tráfico não foram objetos de nenhuma declaração do governador. Ao mesmo tempo, a Sabesp tem feito uma extensa campanha publicitária em veículos de comunicação de todo o país. Somente na Rede de Globo teriam sido pagos R\$ 7,4 milhões para campanha nacional de verão.

A LUTA É PELO RECONHECIMENTO SOCIAL DOS PROFESSORES

Defesa da escola pública e do magistério são dois lados da mesma moeda.

“Quando pensamos na saúde de nossos filhos ou da infância, não pensamos no hospital, mas no médico. Saúde nos lembra os médicos. Educação nos lembra a escola, não seus profissionais, os educadores”.

Miguel Arroyo,
em *Ofício de Mestre –
Imagens e Auto-imagens*

Notícia publicada no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 03 de fevereiro afirmava que “apesar da carência por professores de 5ª a 8ª série e ensino médio, o país sofreu pelo segundo ano consecutivo uma queda no número de universitários formados em cursos voltados a disciplinas específicas do magistério”. A mesma reportagem afirma que “pesquisadores da área de educação afirmam que a falta de interesse em ser professor ocorre principalmente em razão dos baixos salários pagos no magistério e a pouca valorização social da carreira”, ao mesmo tempo em que apontam desprestígio, falta de reconhecimento social e baixos salários também como desestímulos à procura pelos cursos de magistério.

A queda no número de formandos voltados ao magistério está em contradição com a crescente universalização das matrículas na educação básica, mas suas razões podem ser encontradas, por exemplo, na forma como o governo de São Pau-

lo, mais rico estado da federação, trata seus professores.

A existência de mais de 100 mil professores temporários, salários aviltantes e um plano de carreira repleto de distorções e injustiças demonstram o desca-so de sucessivos governos do PSDB para com o magistério paulista. Mas o descompromisso com a escola pública está evidente também na forma como a Secretaria Estadual da Educação formula sua proposta curricular, nas péssimas condições de trabalho para os professores e de aprendizagem para os alunos e, ainda, na total ausência de autonomia e de gestão democrática nas escolas.

Articular um movimento social de solidariedade

O embate que iniciamos em 2008 com a secretária da educação e que prossegue neste ano em torno do reconhecimento social dos professores e da escola pública colocou em debate um conjunto de questões que ultrapassam os limites da nossa categoria. Elas apontam para a necessidade da articulação de um movimento social de solidariedade para com os professores, na medida em que representamos o elemento fundamental da escola, sem o qual não se realiza o processo ensino-aprendizagem.

É preciso, como diz Arroyo, construir na sociedade a consciência de que a idéia de educação remete ao professor, assim como

a de saúde remete ao médico. Esta, como aquela, são profissões essenciais; se não há saúde, não há educação, mas, se não há educação, uma sociedade não pode almejar nenhum progresso econômico, social ou cultural.

Um movimento desta envergadura e com tal significado não se constrói apenas com atos e manifestações. É preciso construí-lo em cima do diálogo com a comunidade escolar e com toda a sociedade. E este diálogo deve começar na escola, com os pais e com os alunos; deve prosseguir nas comunidades, combinando-se com iniciativas mais gerais do Sindicato.

Teleconferência sobre currículo

Entre as questões que precisam ser debatidas está, necessariamente, o currículo escolar. Diante dos desafios do mundo contemporâneo e da realidade do nosso país, é preciso haver um redimensionamento dos tempos escolares, para que se possa atribuir ao currículo escolar um maior dinamismo e maiores possibilidades de trabalhar algo que é fundamental para uma educação de qualidade nos dias atuais: a interdisciplinaridade.

Assim, pode haver flexibilidade no tempo de duração das aulas, desde que a questão esteja contemplada no projeto político-pedagógico da escola, discutido e decidido pelo Conselho de Escola, para que todas as disciplinas e ati-

vidades possam ser contempladas no tempo de permanência do aluno na unidade escolar.

A organização curricular deve propiciar a necessária interação entre as diferentes disciplinas, de forma a que os alunos possam perceber a lógica da produção e transmissão do conhecimento, que não deve ser confinado em disciplinas estanques, que não se comunicam e não se inter-relacionam. A concepção de currículo como uma “grade”, que “enjaula” disciplinas em determinados tempos e espaços, não contribui para a possibilidade de que o conhecimento seja processado e reprocessado ao longo da produção deste conhecimento. O que importa é saber como articular as diversas disciplinas e dar qualidade ao tempo de permanência do professor com seus alunos, para que produza conhecimentos e os oriente para a sua vida futura.

Entretanto, hoje, na rede estadual de ensino, orientações programáticas são impostas de cima para baixo (os “guias” curriculares da S.E.E.) e inexistem qualquer possibilidade de as escolas formularem currículos adequados à realidade de seus alunos. Mas este é o caminho que devemos buscar, com o apoio da sociedade.

Por isto, no dia 20 de março, a APEOESP realizará uma teleconferência sobre a questão curricular, voltada não apenas à categoria, mas, sobretudo, às

comunidades escolares. Contando com exposições de dirigentes da APEOESP, convidados e especialistas em educação, a teleconferência permitirá realizar uma discussão abrangente sobre o papel da escola pública na formação de nossas crianças e jovens. Trata-se de um momento privilegiado para que possamos discutir de forma abrangente e profunda a nossa concepção de escola e para construir as bases de nossa parceria com a comunidade escolar.

Pela nova composição da jornada de trabalho

Outra questão fundamental é a jornada de trabalho. Temos que estabelecer com nossos alunos, com os pais e com a comunidade uma parceria em torno da destinação de 1/3 da jornada de trabalho para atividades extraclasse, como prevê a lei do Piso Salarial Nacional. Este tempo fora da sala de aula permitirá maior qualidade na preparação das aulas e, também, a realização da formação continuada no local de trabalho, em convênio com as universidades, unindo, finalmente, teoria e prática pedagógica, em benefício da qualidade do ensino.

Isto significa construir mobilizações conjuntas que pressionem o Supremo Tribunal Federal (STF) a derrubar a liminar concedida a alguns governos estaduais suspendendo esta parte da lei e, também, lutar para que o

estado de São Paulo adote a nova composição da jornada e que esta mesma orientação seja aprovada nas novas diretrizes nacionais da carreira docente, em discussão no Conselho Nacional de Educação.

Unidade com o funcionalismo

No dia 18 de fevereiro, representantes do funcionalismo estadual realizaram uma concentração em frente à Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo, em defesa da abertura de negociação e respeito à data-base da categoria.

Uma Comissão composta por representantes do Conselho dos Servidores Públicos Estaduais, presidido pelo ex-presidente da APEOESP, Carlos Ramiro de Castro, e pela presidenta da APEOESP, professora Maria Izabel Azevedo Noronha, foi recebida pelo secretário adjunto Marcos Antônio Monteiro. Na reunião foi entregue a pauta de reivindicações da categoria.

De acordo com o professor Carlos Ramiro de Castro, “apesar de ter sido aprovada pela Assembleia Legislativa, o governo Serra não toma conhecimento da data-base dos servidores e nem negocia”. Desta forma, alertou, há um clima pesado entre os cerca de 800 mil funcionários públicos, “pois a defasagem salarial acumulada é grande e os reajustes, quando vêm, são muito pequenos e parciais.”

Assembléia Estadual e unidade do funcionalismo

Com o objetivo de mobilizar um grande número de professores, demonstrando nossa capacidade de luta em defesa da escola pública de qualidade e do reconhecimento social dos seus profissionais, o

Conselho Estadual de Representantes definiu a realização da primeira Assembléia da Campanha Salarial e Educacional de 2009 para o dia **27 de março, às 14h, na Praça da República**, seguida de ato com todo o funcionalismo público de São Paulo.

Indicativos salariais

Nossa categoria vem lutando por um reajuste que recupere o poder aquisitivo do salário e a dignidade da carreira do professor, na perspectiva de que o salário-base, em jornada de 24 horas semanais de trabalho, venha a alcançar o piso do DIEESE que, em janeiro de 2009, ficou em R\$ 2.141,20.

Esta reivindicação está associada ao estabelecimento de um novo Plano de Carreira e que pressupõe, entre outras medidas, a incorporação imediata das gratificações ao salário base (o DIEESE realizou estudo neste sentido no final de 2007 que pode ser consultado no link da subseção no site da APEOESP). Esta mudança no patamar da remuneração dos professores representaria um reajuste de cerca de 58,7% no salário base, no caso de uma jornada de 24 horas semanais; ou seja, uma mudança completa no Plano de Carreira.

Entretanto, os professores não podem mais ter seus salários corroídos pela inflação. É necessário, no mínimo, que tenhamos assegurado o poder aquisitivo que tínhamos em 1998, através de reajuste salarial e não gratificações ou abonos, pois estes não incidem sobre o salário-base, prejudicando os proventos de aposentadoria.

A recomposição das perdas salariais recentes da categoria exige

também um reajuste de 11,27%, equivalente à perda do professor PEB I, Nível I, em jornada de 24 horas semanais de trabalho, considerando as gratificações, ou 27,45%, sem as gratificações.

É importante salientar que a participação do gasto com pessoal na folha do poder Executivo caiu, levando em conta a relação entre a Receita Corrente Líquida e a Despesa com Pessoal ao seu nível mais baixo desde a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, cerca de 40%. Hoje o governo tem uma folga legal de R\$ 4,7 bilhões para aumento da despesa com pessoal, o que permite um aumento de até 14% na folha salarial. A Secretaria da Educação, que em 2002 respondia por 16,1% do orçamento, responde agora por 13,1%.

Todo ano, o governo vem se utilizando de um expediente chamado “excesso de arrecadação”, receita não prevista no orçamento que é alocado ao seu bel-prazer, sem qualquer controle social. Apenas o ICMS, maior fonte de recurso do governo, cresceu cerca de 36% acima da inflação entre 2005 e 2008. Isto significa que, apesar do governo sempre alegar falta de recursos para atender nossas reivindicações, dispõe de dinheiro para fazê-lo.

III. Informes

a) Eleição de R.E/R.A.

A eleição de Representantes de Escola e de Aposentados deve ocorrer neste início de ano em todas as unidades escolares. Porém, a APEOESP poderá inscrever R.Es e R.As eleitos até a última reunião ordinária do ano, que deverá ocorrer em outubro.

É de suma importância eleger um representante por período em todas as escolas. O fortalecimento desta instância deliberativa da APEOESP representa também o fortalecimento da luta da categoria contra os ataques do governo estadual. Conselheiros e diretores estaduais devem empenhar-se para garantir um grande número de eleitos.

A Sede Central já encaminhou materiais de divulgação e atas da eleição a todas as subsedes e escolas. Os representantes devem preencher todos os campos das atas, enviando-as para a subsede que, reencaminhará para a Secretaria de Organização na Sede Central.

b) Observatório da Violência

Observatório da Violência é o novo espaço disponibilizado no site da APEOESP aos professores associados. No endereço www.apeoesp.org.br, o docente

poderá, através da inscrição do número do R.G., relatar atos de violência sofridos no entorno e/ou na unidade escolar.

Com os dados coletados, a APEOESP, garantindo o sigilo da fonte, elaborará denúncia à sociedade civil, exigindo providências imediatas dos poderes públicos. Também pretende dar apoio às escolas e aos professores envolvidos.

As informações postadas no site não servirão como base para denúncia policial, portanto, é imprescindível que os professores atingidos por qualquer ato violento façam boletim de ocorrência.

c) CUT

Entre os meses de março e abril, em data a ser confirmada, a Central Única dos Trabalhadores realizará a Jornada Nacional de Debates sobre a Crise e as Campanhas Salariais, em conjunto com as demais centrais sindicais. A atividade faz parte da agenda da CUT em defesa do desenvolvimento com emprego, geração de renda e a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

A Central reforça a luta contra qualquer acordo amplo que, utilizando-se do pretexto da crise mundial, busque retirar direitos dos trabalhadores para ampliar os lucros. A inclusão social, a par-

ticipação popular e a valorização do trabalho são os pilares para que o Brasil se consolide como um país de todos e de todas.

Desde o início da crise estabelecida, a Central pressionou o Governo Federal e os governos estaduais por ampliação de crédito, redução de juros e dos *spreads* bancários e desonerações tributárias momentâneas e específicas para os setores mais atingidos pela crise, condicionadas a contrapartidas de emprego e manutenção da renda dos trabalhadores. A CUT reitera que o fim do superávit primário, da lei de responsabilidade fiscal e a diminuição dos juros são medidas essenciais para enfrentar a crise. Também é necessário afirmar a reivindicação pelo fortalecimento do serviço público com a valorização dos servidores e servidoras, a liberdade de organização sindical, a negociação coletiva e a aplicação da Lei do Piso em todos os entes federados.

Congressos Estadual e Nacional da CUT

A CUT-SP realizará Congresso Estadual no período de 20 a 23 de maio próximo, em Serra Negra. Durante o evento, os delegados elegerão a nova direção da Central e definirão os delega-

dos ao Congresso Nacional. A APEOESP, maior entidade filiada à CUT em número de sócios, tem direito a 170 delegados.

O professor Carlos Ramiro de Castro, ex-presidente da APEOESP, é um dos pré-candidatos à presidência da Central Estadual. A professora Telma Andrade Victor, diretora do Sindicato, também concorrerá a uma vaga na direção executiva.

Entre os dias 10 e 15 de agosto, acontecerá o 10º Concut, mais um momento de intensos debates, de grande participação da militância cutista, de mobilização e de potencialização da luta dos trabalhadores.

d) CNTE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) já definiu o calendário de lutas em defesa do Piso Salarial Nacional do Magistério Público da Educação Básica.

O calendário aprovado prevê, para o mês de março, a realização de assembléias estaduais organizadas pelas entidades filiadas. As assembléias deverão ser palco de debates sobre a importância da aplicação da Lei do Piso. Além disso, as atividades indicarão a data e o período de duração da greve nacional, conforme já aprovado na reunião do Conselho Nacional de entidades, realizada em dezembro de 2008.

Em 02 de abril, a CNTE organizará, na Praça dos Três Pode-

res, um grande ato público para cobrar do STF o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei do Piso, movida pelos governadores do RS, SC, PR, MS e CE – com apoio de José Serra (SP), entre outros.

Nesta mesma data, a Confederação protocolará Reclamação junto ao Supremo, denunciando estados e municípios que ainda não implementaram a Lei.

No dia 03 de abril, a CNTE realizará nova reunião do Conselho para definir a data e o tempo de duração da greve nacional em defesa do Piso.

Já entre os dias 20 e 24 de abril, acontecerá a 10ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública.

e) Iamspe

Com gestão até 2011, a nova Comissão Consultiva Mista do Iamspe conta com dois representantes da APEOESP: José Luiz Moreno e Marcos Francisco Alves. A nova comissão foi eleita em 26 de fevereiro. Na oportunidade, avaliou-se as conquistas da gestão anterior - 2007/2009 - reforçando a importância da participação de todas as entidades nas atividades em defesa do Instituto. Entre outras conquistas, a luta organizada, através de plenárias regionais e de intervenções no Legislativo, não permitiu o processo de privatização do Laboratório do Hospital do Servidor

Público. Portanto, é de suma importância que todos os servidores continuem participando das ações em defesa da ampliação e da cota-parte do governo ao Instituto.

f) Conferência Nacional de Educação

A Conferência Nacional de Educação – CONAE é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. Está sendo organizada para tematizar a educação escolar, da Educação Infantil à Pós Graduação, e realizada, em diferentes territórios e espaços institucionais, nas escolas, municípios, Distrito Federal, estados e país. Estudantes, Pais, Profissionais da Educação, Gestores, Agentes Públicos e sociedade civil, organizada de modo geral, terão em suas mãos, a partir de janeiro de 2009, a oportunidade de conferir os rumos da educação brasileira.

O Tema da CONAE, definido por sua Comissão Organizadora Nacional, será: **Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação.**

A CONAE acontecerá em Brasília, de 23 a 27 de abril de 2010, será precedida de Conferências Municipais, previstas para o primeiro semestre de 2009 e

de Conferências Estaduais e do Distrito Federal programadas para o segundo semestre do mesmo ano.

É de suma importância que os representantes da APEOESP participem de todas as etapas, de-

batendo e defendendo os posicionamentos do Sindicato. Em breve, divulgaremos mais informações e os critérios de participação nas conferências municipais e estaduais, preparatórias para o CONAE.

CNE

DIRETRIZES PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO: HUMANIZAR A ESCOLA

A principal razão para que sejam elaboradas novas diretrizes nacionais para a carreira do magistério é recuperar o caráter humanista da escola pública. Este é o sentido do projeto de resolução elaborado pela conselheira Maria Izabel Azevedo Noronha, a Bebel, em discussão no Conselho Nacional de Educação. A reformulação das diretrizes, contidas na Resolução CEB/CNE 03/97, também se faz necessária tendo em vista a alteração da legislação, com a criação do FUNDEB e do Piso Salarial Profissional Nacional.

Trata-se de um trabalho de grande alcance social, pois, como diz o texto do parecer “quando debatemos as diretrizes da carreira do magistério – e a dos profissionais da educação de um modo geral – não estamos tratando tão-somente da questão salarial, duração da jornada de trabalho, evolução funcional. Discutir a carreira do magistério significa examinar todas as interfaces da organização do processo educacional”.

A proposta foi debatida em três concorridas audiências públicas nacionais (16/10/2008 em São

Paulo, 24/11/2008 em Olinda e 05/12/2008 em Brasília), com a participação da CNTE, outras entidades do magistério, gestores da educação, dirigentes do Ministério da Educação e membros da comissão especial do MEC que discute o tema. A proposta inicial foi alterada cinco vezes, refletindo os resultados de cada audiência pública e a colaboração do próprio Conselho.

Prevista para ser votada em abril, a resolução, entre outros aspectos importantes, consolida uma proposta de carreira “aberta”, isto é, que assegure ao professor evolução salarial e sem que tenha que assumir outras funções. A proposta consagra a gestão democrática das escolas; reafirma o concurso público como única forma de ingresso (restringindo a existência de “temporários”); estabelece condições para a formação no próprio local de trabalho; prevê a evolução funcional pelas vias acadêmica e não-acadêmica; e institui a possibilidade da dedicação exclusiva a uma unidade escolar, evitando a rotatividade e o acúmulo de trabalho ao professor.

TENHO ORGULHO DE
SER PROFESSOR!

TENHO ORGULHO DE
SER PROFESSORA!

Incompetência
da Secretaria
da Educação
NÃO NOS
ABATERÁ!

ASSEMBLEIA
ESTADUAL

27 de Março
14 horas

Praça da República

APEOESP

SINDICATO ESTADUAL
Filial à CEB e CUB

Boletim

CR/RR

expediente

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Fábio Santos de Moraes
Secretário Geral

Odimar Silva
Secretário Geral Adjunto

Tiragem 12 mil exemplares

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Paulo José das Neves
Secretário

Roberto Guido
Secretário Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
José Geraldo Corrêa Júnior

Paulo José das Neves
Roberto Guido

Fábio Santos de Moraes
Odimar Silva

Francisca Pereira da Rocha
Marcos de Oliveira Soares

Luiz Gonzaga José
Telma A. Andrade Victor (em exercício)

Francisco de Assis Ferreira
Zenaide Honório

Carlos Ramiro de Castro.

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2008/2011

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidenta: **Maria Izabel Azevedo Noronha**; Vice-Presidente: **José Geraldo Corrêa Júnior**; Secretário Geral: **Fábio Santos de Moraes**; Secretário Geral Adjunto: **Odimar Silva**; Secretária de Finanças: **Luiz Gonzaga José**; Secretária Adjunta de Finanças: **Suely Fátima de Oliveira**; Secretário de Administração e Patrimônio: **Silvio de Souza**; Secretário Adjunto de Administração e Patrimônio: **Fábio Santos Silva**; Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais: **Pedro Paulo Vieira de Carvalho**; Secretário Adjunto de Assuntos Educacionais e Culturais: **Carlos Ramiro de Castro**; Secretário de Comunicações: **Paulo José das Neves**; Secretário Adjunto de Comunicações: **Roberto Guido**; Secretária de Formação: **Nilcéa Fleury Victorino**; Secretária Adjunta de Formação: **Magda Souza de Jesus**; Secretário de Legislação e Defesa dos Associados: **Francisco de Assis Ferreira**; Secretária Adjunta de Legislação e Defesa dos Associados: **Zenaide Honório**; Secretário de Política Sindical: **João Luis Dias Zafalão**; Secretária Adjunta de Política Sindical: **Eliana Nunes dos Santos**; Secretária de Políticas Sociais: **Francisca Pereira da Rocha**; Secretário Adjunto de Políticas Sociais: **Marcos de Oliveira Soares**; Secretária para Assuntos de Aposentados: **Silvia Pereira**; Secretário Adjunto para Assuntos de Aposentados: **Gilberto de Lima Silva**; Secretária Geral de Organização: **Margarida Maria de Oliveira**; Secretário de Organização para a Capital: **Jomar Lopes da Silva**; Secretário de Organização para a Grande São Paulo: **Douglas Martins Izzo**; Secretário de Organização para o Interior: **Ezio Expedito Ferreira Lima**; Secretário de Organização para o Interior: **Ederaldo Batista**.

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar De Assis Camelo; Aladir Cristina Genovez Cano; Alberto Bruschi; Alex Buzeli Bonomo; Ana Lúcia Santos Cugler; Ana Paula Pascarelli Dos Santos; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonioj Jvem De Jesus Filho; Ariovaldo De Camargo; Ary Neves Da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Barbosa Da Silva; Carlos Eduardo Vicente; Carmen Luiza Urquiza De Souza; Cilene Maria Obici; Deusdete Bispo Da Silva; Dorival Aparecido Da Silva; Edgard Fernandes Neto; Edith Sandes Salgado; Edna Penha Araújo; Eliane Gonçalves Da Costa; Elizeu Pedro Ribeiro; Fernando Borges Correia Filho; Fláudio Azevedo Limas; Florípes Ingracia Borioli Godinho; Geny Pires Gonçalves Tiritilli; Gerson José Jorio Rodrigues; Gisele Cristina Da Silva Lima; Idalina Lelis De Freitas Souza; Inês Paz; Janaina Rodrigues; Josafa Rehem Nascimento Vieira; Jose Luiz Moreno Prado Leite; ; Jose Reinaldo De Matos Lima; Josefa Gomes Da Silva; Jovina Maria Da Silva; Jucinéa Benedita Dos Santos; Juvenal De Aguiar Penteado Neto; Leandro Alves Oliveira; Leovani Simões Cantazini; Lindomar Conceição Da Costa Federighi; Luci Ferreira Da Silva; Luiz Carlos De Sales Pinto; Luiz Carlos De Freitas; Luiz Cláudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Maísa Bonifácio Lima; Mara Cristina De Almeida; Marcio De Oliveira; Marcos Luiz Da Silva; Maria José Carvalho Cunha; Maria Lícia Ambrosio Orlandi; Maria Liduina Facundo Severo; Maria Sufaneide Rodrigues; Maria Teresinha De Sordi; Maria Valdinete Leite Nascimento; Mariana Coelho Rosa; Mauro Da Silva Inácio; Miguel Leme Ferreira; Miguel Noel Meirelles; Moacyr Américo Da Silva; Orivaldo Felício; Ozani Martiniano De Souza; Paulo Alves Pereira; Paulo Roberto Chacon De Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Ricardo Marcolino Pinto; Rita De Cássia Cardoso; Rita Leite Diniz; Roberta Lara Maria Lima; Roberta Maria Teixeira Castro; Roberto Mendes; Roberto Polle; Ronaldo Torelli; Sandro Luiz Casarini; Sebastião Sergio Toledo Rodovalho; Sergio Martins Da Cunha; Solange Aparecida Benediti Penha; Sonia Aparecida Alves De Arruda; Stenio Matheus De Moraes Lima; Suzi Da Silva; Tatiana Silvério Kapor; Telma Aparecida Andrade Victor; Teresinha De Jesus Sousa Martins; Tereza Cristina Moreira Da Silva; Thelma Rocha; Uilder Cácio De Freitas; Ulisses Gomes Oliveira Francisco; Vera Lucia Lourenço; Vera Lucia Zimberger; Wilson Augusto Fiúza Frazão.

**Sozinho o problema é seu!
Associe-se à APEOESP!**



SINDICATO ESTADUAL
Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP